

O “verídico” nas narrativas orais

Christophe Golder
Universidade Federal do Pará

Em princípio, o discurso mentiroso constrói-se nos mesmos moldes do veraz. Nada distingue intrinsecamente uma história verídica duma história inventada, desde que esta não contenha impossibilidades manifestadas por incompatibilidades sêmicas. É que a veracidade, por ser uma questão de conformidade parcial com o universo referencial, é extralingüística, extratextual. Ela não pode, de acordo com o princípio de imanência reivindicado pela semiótica padrão (escola “de Paris” ou “greimasiana”)¹ ser objeto dum estudo semiótico. Dentro do vasto Programa IFNOPAP², o problema da veracidade poderá interessar, quem sabe? psicólogos, historiadores ou sociólogos mas, de modo nenhum, os estudiosos dos textos e de sua significação primária³. Entretanto, há em certas narrativas elementos que tendem a dar o relato por verídico. Essa veracidade pretensa⁴, sim, deve ser levada em conta por nós.

Através das instruções dadas aos pesquisadores de campo do Programa IFNOPAP, pedimos aos informantes simplesmente narrativas, quaisquer coisas que se contem, sem nenhuma restrição quanto ao conteúdo, à expressão ou à adequação à realidade. Portanto, cada contador, para cada narrativa, deve escolher relatar acontecimentos autênticos ou fictícios. Mas, sobretudo, pode escolher relatá-los **como** autênticos ou **como** fictícios, ou ainda não dar-lhes nenhum estatuto vereditório (“*Isso aí, eu não cheguei a conhecer a tal mãe d’água, nem vi a figura para poder comprovar*”⁵). O primeiro caso é o que nos interessa mais aqui.

Muitas histórias são contadas na primeira pessoa: o narrado recebe assim a garantia do narrador, às vezes explicitamente:

“Essa, eu posso dizer que é verídica, porque eu estava presente”

E o narrador, no tipo de performance oral que caracteriza nossa recolha, assimila-se ao enunciador: como não referir o **eu** enunciado à pessoa de carne e osso que o pronuncia? Será por causa desse peso da presença física que os tribunais de justiça requerem geralmente depoimentos orais? Ainda recentemente em Bragança (dia 12 de setembro de 1996) assistimos à cena seguinte: durante a *Quinta de narrativas orais* organizada por estudantes-pesquisadores do nosso programa, um informante foi contar uma história ao público. Todo o dispositivo delimitava um espaço próprio da performance: contador apresentado à platéia pelo mestre de cerimônia, falando em frente ao público, usando microfone, etc. Terminada a performance, o homem é aplaudido e a programação continua (comunicações, representação teatral, etc.). Nos intervalos, o contador, já reintegrado ao público, não perde uma oportunidade, em conversas particulares, de afirmar o caráter verídico de sua narração: já tendo saído do espaço da performance narrativa, ele insistia em dar sua garantia pessoal de veracidade à história. Não é um caso raro: nossos pesquisadores de campo têm se referido muitas vezes a experiências similares.

Esta anedota ilustra a dificuldade de delimitar as próprias narrativas, pois nem sempre, nas entrevistas que alimentam o corpus de nossa pesquisa, a distinção entre o contar e o comentário “off” é tão nítida, e isto não só em razão de um suposto -e provável- caráter total, orgânico, etc. do ato de comunicação, mas também porque se pode incluir a ambigüidade da primeira pessoa nos recursos próprios da manipulação enunciativa⁶. Nessas condições, o respeito do

princípio de imanência é extremamente delicado: se é possível restringir a análise ao texto verbal, como considerar exclusivamente determinada narrativa dentro de um fluxo discursivo em que há trechos que escapam à dicotomia narrativa/não narrativa? A coleta foi organizada de maneira a limitar as interferências: entrevistas dadas por entrevistas mesmo, narrativas contadas a pedido do pesquisador, uso explícito senão ostensivo do gravador, recomendações feitas aos pesquisadores para que se abstenham de intervir -salvo casos excepcionais- na performance do informante, etc.⁷ Assim, em princípio, o espaço próprio da narração -portanto o do narrador- está claramente circunscrito; no entanto, não se pode descartar, por parte do informante, a utilização, intencional ou não, de zonas marginais, indetermináveis, do discurso que contém narrativas.

Em alguns casos o contador só assume a narração, mas em muitos outros ele também é actante, e aí ele garante a verdade da narrativa tanto enquanto enunciador-narrador sujeito da enunciação como enquanto actante sujeito do enunciado. O enunciador-narrador-actante (cujo “ato” consistiu, no mínimo, em assistir aos acontecimentos) pertence a (e define) um tipo particular de narrativa: o **testemunho**, que se caracteriza justamente, não por ser verídico, mas por pretender sê-lo.

Dá-se também um efeito de realidade dos fatos situando o narrado em tempos e lugares definidos em relação com as circunstâncias da narração, ou seja, ancorando-os, senão na situação de enunciação, pelo menos relativamente a ela:

“Aqui no bairro do Padre Luís, toda noite aparecia um cachorro”;

“Ali existe até hoje um cajueiro”;

“Aqui em Bragança pro lado do Campinho”, etc.

Os próprios actantes podem, com o mesmo efeito, ser definidos relativamente ao enunciador-narrador:

“Inclusive esse rapaz que sofreu essa febre e que deu no caranguejo é meu irmão”;

“Meu pai me levou a uma cacimba”.

Reforçando a garantia implícita do enunciador-narrador, encontram-se muitas vezes afirmações explícitas de veracidade:

“E esse é o fato que realmente aconteceu. Uma comprovação, é só procurar ele lá, em Santa Isabel, que ele confirma”;

“outro fato que ocorreu”;

“Isto foi passado sério mesmo”;

“Vou contar uma coisa pra vocês, que aconteceu lá em casa”;

“O fato ocorreu comigo”;

“O fato que eu tenho para contar aconteceu no meu lugar, no Urubuquara, no ano de 1984, por aí”

“Essa que eu vou contar agora aconteceu aqui em Bragança” etc.

Essas reivindicações de veracidade só têm força porque recebem, como a narrativa toda, a garantia do enunciador-narrador. Protestos iguais vindos de qualquer actante distinto do narrador não teriam o mesmo valor pragmático (persuasivo):

“A vovó conta que é verdade”.

Enfim, a dimensão configuracional, isto é, a moral, a interpretação global final que faz com que a narração não seja uma simples seqüência de acontecimentos relatados, mas um todo coerente⁸, a dimensão configuracional também contribui, em numerosas histórias, para confirmar a verdade do narrado. Isto verifica-se particularmente com narrativas muito tênues que relatam um só acontecimento simples mas estranho (sobrenatural o mais das vezes): só apresentam o mínimo de interesse necessário para serem contadas porque são (dadas por) verídicas. Por exemplo, há uma narrativa que se resume dizendo

que o narrador um dia ouviu o grito da matintaperera, e que o cavalo dele, assombrado, o levou correndo para casa. A dimensão configuracional pode ser formulada assim: *a matintaperera existe, pois ouvi-a*, o que seria absurdo com uma história explicitamente fictícia. Contando essa história como fictícia, o narrador expor-se-ia a ouvir do narratário uma resposta do tipo “e daí?”, porque no universo ficcional (imaginário) popular paraense a existência da matintaperera é simplesmente pressuposta, e um discurso narrativo que só pretenderia comprová-la seria perfeitamente vão. Pelo contrário, no universo não-ficcional, uma anedota, por mais simples que seja, se ela estabelece ou ilustra a autenticidade de seres ou coisas sobrenaturais, é digna de ser contada.

A veracidade (suposta) de fatos sobrenaturais é até considerada um atrativo suficiente para dispensar a estrutura narrativa básica estabelecida por Propp para os contos fantásticos russos. Esta supõe um mínimo de *suspense*, pois a falta-prejuízo inicial, seguida pela tentativa do herói para supri-la, cria uma tensão que só se desfaz no final. Acostumados a encontrar sempre, nos mais variados contos e histórias do mundo, esse tipo de estrutura, estávamos quase certos de encontrá-lo em todas as narrativas do nosso corpus. Ora essa expectativa foi frustrada pois há exceções -e, o que é mais, muitas dessas exceções são narrativas fantásticas, que contêm um elemento sobrenatural, como as que Propp analisou.

Em uma delas, por exemplo, conta-se que um rapaz que trabalhava com o narrador foi surrado por um ente invisível. É claro que a surra, ao contrário do rapto da princesa (exemplo canônico da falta-prejuízo proppiana) não pode ser consertada. A única “reparação” seria a vingança, figura nem sequer evocada na narrativa. Assim, esta, longe da estrutura proppiana, tende a restringir-se à simples apresentação de um fato sobrenatural, com afirmações insistentes de veracidade no final. Mesma coisa em uma narrativa que se pode resumir assim: *o pai*

do narrador trabalhava com um velho que “virava” lobisomem, e esse velho enjoava a comida dos companheiros, até que “provocou” (vomitou) -era só pedaços de gato, cachorro, etc., comida de lobisomem. Não há a mínima diferença entre a situação inicial e a situação final nem, é claro, transformação entre as duas. E se o fato de um homem “virar lobisomem” pode corresponder a uma falta-prejuízo, nenhum herói empreende seu suprimento. A história nem representa a passagem de um estado para outro, exigência básica para ser considerada uma narrativa de acordo com a teoria de Greimas⁹, menos restritiva que a de Propp.

Na ausência da mínima tensão narrativa, a anedota só pode valer pelo caráter memorável do acontecimento relatado, pelo valor da **informação**. Vemos assim que o estatuto vereditório, pura articulação da enunciação com o enunciado, ou seja, questão em princípio alheia à estrutura, tem a ver com esta: se conto algo extraordinário como verídico, não preciso utilizar a estrutura narrativa comum. Isto, claro, é reversível e pode, na perspectiva da manipulação enunciativa, ser formulado assim: para sugerir a veracidade de um acontecimento relatado, um dos recursos possíveis é apresentá-lo sem integrá-lo num dispositivo narrativo criador de suspense.

Diante de histórias que não correspondem à definição greimasiana ou às demais definições comuns da narrativas, temos que optar entre duas atitudes:

-ou ignorar, rejeitar do corpus os elementos não conformes com as concepções canônicas;

-ou considerar que, de acordo com o postulado de uma competência narrativa¹⁰, devemos levar em conta tudo o que os informantes produzem ao pretender contar.

Esta última é nossa opção. Somos portanto levados a procurar elaborar uma definição indutiva da narrativa (mais exatamente da narrativa oral popular) a partir de um corpus

representativo: numa primeira fase pelo menos, será o corpus do Programa IFNOPAP. Esse projeto de formulação dum novo conceito será precisado em GOLDER 1996.

Mas, para concluir provisoriamente sobre o estatuto vereditório das narrativas quero propor aqui a seguinte hipótese: mesmo as histórias que não apresentam uma estrutura narrativa greimasiana a nível de enunciado apresentam-na pelo menos a nível de enunciação. O destinatário da história passa do estado de não-saber (ou não acreditar) ao estado de saber (ou acreditar). Ou seja, na forma de um programa narrativo da escola de Paris: $PN = F\{S1 \rightarrow (S2 \cap O)\}$, em que S1 é o narrador, S2 o narratário, e O o saber (ou ainda, em termos proppianos, a ignorância -ou ceticismo- é a falta-prejuízo inicial que o herói contador vai consertar por meio de sua narração).

Essa representação da situação enunciativa não é nova¹¹. Mas precisamos identificar, classificar, quantificar, etc. as marcas textuais desse *programa narrativo enunciativo* que daria uma tensão narrativa a elementos do nosso corpus que aparentemente não a têm quanto ao enunciado, textos portanto não narrativos a nível de *enunciado enunciado* e sim a nível de *enunciação enunciada*¹².

N O T A S

¹ Sobre o princípio de imanência, v. *La cloture de l'ensemble linguistique* in GREIMAS 1986, pp.13-14, e COURTÉS 1991, pp.52-53.

² Sobre o Programa IFNOPAP (*O Imaginário nas Formas Narrativas Oraís populares da Amazônia Paraense*), V. supra Josebel Akel Fares José Guilherme dos Santos Fernandes *Nos guardados da memória...* I-VI.

³ V. Courtés 1991, pp.60-62.

⁴ Daí a palavra *verídico* aparecer entre aspas no título do presente artigo.

⁵ Cada narrativa do Programa IFNOPAP é identificada por um código que contém informações relativas à circunstâncias da gravação e às identidades do entrevistador e do informante. Em razão de um problema técnico, não foi possível utilizar esse código no presente artigo. As citações serão feitas sem referência, mas todas são tiradas de um conjunto de 52 narrativas recolhidas em Bragança (Pa.) em 1993 e 1994.

⁶ Às vezes, certos risinhos, piscar de olhos ou outros signos de cumplicidade confessam essa duplicidade mais ou menos lúdica. Sobre o conceito de manipulação enunciativa, v. **Formes énonciatives et formes énoncives**, in COURTÉS 1991 pp. 245 e seguintes.

⁷ Isto faz com que os procedimentos da análise conversacional sejam pouco adequados (senão como exemplos extremos de dissimetria dos “interlocutores”) a esse corpus, em que não deve haver conversações.

⁸ V. ADAM J.M. *Le texte narratif*, PUF, Paris, 1985, pp.167-169 e passim. V. também HENAULT 1983, p.13: “Pour être saisissable, tout message doit pouvoir se schématiser globalement comme une unité de signification structurellement simple”.

⁹ “Dès ses premiers travaux, Greimas a proposé de considérer qu'il y a narrativité lorsqu'un texte décrit le passage d'un sujet d'un état de possession ou de manque d'un objet valorisé à un état inverse” ADAM 1985 p.141.

Só com muita contorsão retórica é que se poderia considerar o vomitar do personagem como a passagem de um estado ao outro justificando a inclusão do referido texto na classe das narrativas

¹⁰ ADAM 1985, p.6: “(...) l'existence d'une véritable **compétence narrative** qui permet de comprendre, de résumer, de mémoriser, de reconnaître tout récit appartenant à notre aire culturelle”

Essa competência deve ser universal, como frisa Barthes nos primeiros dois parágrafos de “Introduction à l'analyse structurale des récits” in BARTHES 1985, pp. 167-168. V. também “L'Effet récit” in HENAULT 1983, particularmente pp.15-16.

¹¹ Cf. COURTÉS 1991 pp.248 e seguintes.

¹¹ Baseando-nos nessa distinção, não concordamos com GREIMAS e COURTÉS 1979 quando dizem: “a criação de ilusões referenciais serve sempre para a produção de efeito de sentido verdade”, pois a ilusão referencial, pertencente ao nível do enunciado enunciado, produz efeito de sentido *realidade*, enquanto o efeito *verdade*, pertence a enunciação. Dentro de um universo *explicitamente dado por fictício*, portanto sem efeito *verdade*, pode se multiplicar os elementos que favorecem a ilusão referencial (através de figurativização, iconização, etc.)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM Jean-Michel, *Le Texte narratif*, Nathan, Paris 1985.

_____, REVAZ Françoise, *L'Analyse des récits*, Seuil, Paris, 1996.

BARTHES Roland, *L'Aventure sémiologique*, Seuil, Paris, 1985.

COURTÉS Joseph, *Introduction à la sémiotique narrative et discursive*, Hachette, Paris, 1976.

_____, *Analyse sémiotique du discours, de l'énoncé à l'énonciation*, Hachette, Paris, 1991.

ECO Umberto, *Lector in fabula*, Grasset, Paris, 1985.

GREIMAS Algirdas-Julien, *Sémantique structurale*, PUF, Paris, 1986.

_____, COURTÉS Joseph, *Sémiotique, dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, Hachette, Paris, 1979